

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018



SUMÁRIO

1- Introdução.....	2
2- Atividades de Controle Externo	3
2.1- Sessões Plenárias	3
2.2- Pareceres.....	3
2.3- Representações.....	4
2.4- Recursos.....	4
3- Execução de Acórdãos.....	5
4- Atividades Administrativas.....	7
4.1- Gestão de pessoas.....	7
5- Anexos	8
Anexo I – Pareceres Detalhados por Assunto	9
Anexo II – Representações	10
Anexo III – Recursos	12

1. INTRODUÇÃO

O Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo (MPC-ES), regido pelos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, com as atribuições de guarda da lei e fiscal de sua execução, é composto da Procuradoria-Geral, de três Procuradorias e do Colégio de Procuradores. As Procuradorias têm idênticas competências e são titularizadas pelos membros do Ministério Público de Contas. O Procurador-Geral acumula as funções da Procuradoria-Geral com as de sua Procuradoria.

Atualmente, a Procuradoria-Geral é ocupada pelo procurador Luciano Vieira, titular da Segunda Procuradoria; a Primeira Procuradoria pelo procurador Luis Henrique Anastácio da Silva e a Terceira Procuradoria pelo procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira.

Entre suas funções institucionais, compete ao Ministério Público de Contas elaborar relatório anual com a resenha das suas atividades específicas e o andamento dos processos de execução dos acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), de forma a colaborar com a Corte de Contas no cumprimento do disposto no artigo 2º do Regimento Interno do TCE-ES sobre o encaminhamento à Assembleia Legislativa de relatórios trimestrais e anuais de suas atividades. Nesse contexto, foi elaborado o presente relatório, reunindo as informações do período relativo ao exercício de 2018.

Luciano Vieira

Procurador-Geral

2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

2.1 SESSÕES PLENÁRIAS

Tendo em vista a determinação constante do inciso V, art. 3º, e do inciso II, art. 4º, ambos da Lei Complementar 451/2008, o Ministério Público de Contas fez-se presente em todas as 130 Sessões Ordinárias realizadas durante o ano de 2018 pelos três colegiados do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – Plenário, 1ª Câmara e 2ª Câmara -, além de ter participado das oito Sessões Especiais do Plenário. O TCE-ES também realizou Sessões Administrativas, conforme descrito no quadro a seguir, nas quais a participação de membros do Ministério Público de Contas é facultativa:

Quadro 1 – Sessões

Tipo de Sessão	2018		
	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Ordinária	45	42	43
Especial	8	-	-
Administrativa	11	-	-
Total de sessões	64	42	43

Consoante previsão na Portaria 001/2016 da Procuradoria-Geral de Contas, o Procurador-Geral, Luciano Vieira, participou das sessões realizadas pelo Plenário em 2018, exceto em período de férias e ausências. Os procuradores Luis Henrique Anastácio da Silva e Heron Carlos Gomes de Oliveira representaram o MPC-ES, respectivamente, na 2ª Câmara e na 1ª Câmara, tendo havido, no período, **91** pedidos de vista de processos submetidos a julgamento nos três colegiados da Corte de Contas.

2.2 PARECERES

Ao longo de 2018, ingressaram 10.297 processos no Ministério Público de Contas e foram emitidos 7.143 pareceres, os quais estão detalhados por assunto no **Anexo I**.

Obedecidos os critérios de igualdade e vinculação, bem como o princípio do promotor natural, os processos submetidos à apreciação do Ministério Público de Contas foram distribuídos de maneira igualitária entre as Procuradorias.

2.3 REPRESENTAÇÕES

Conforme disposto no **inciso I do Art. 3º da Lei Complementar nº 451/2008**, compete aos procuradores de Contas promover a defesa da ordem jurídica, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Com base nessa competência, o Ministério Público de Contas ofereceu ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo **15** representações, conforme descrito no **Quadro 2** e detalhamento apresentado no **Anexo II**.

Quadro 2 – Representação por Procuradoria

Procuradoria	Quantidade
1ª Procuradoria	6
2ª Procuradoria	8
3ª Procuradoria	1
TOTAL	15

2.4 RECURSOS

O Ministério Público de Contas tem legitimidade para recorrer das decisões do Tribunal de Contas, podendo interpor os recursos e requerer as revisões previstas em lei, consoante disposto **no inciso III do Art. 3º da Lei Complementar nº 451/2008**.

Em 2018, foram interpostos **65** recursos pelo MPC-ES, dos quais 26 Recursos de Reconsideração, 18 Embargos de Declaração, 13 Pedidos de reexame, seis Agravos, um Pedido de Revisão e um Recurso Inominado, contra decisão da Corregedoria do TCE-ES, conforme descrito no **Quadro 3** e detalhamento apresentado no **Anexo III**.

Quadro 3 – Recursos por Procuradoria

Tipo de Recurso	Primeira Procuradoria	Segunda Procuradoria	Terceira Procuradoria	Procuradoria-Geral	Total
Agravo	2	0	3	1	6
Embargos de declaração	5	5	1	7	18
Recurso de Reconsideração	6	18	2	0	26
Pedido de Revisão	0	0	1	0	1
Pedido de Reexame	3	7	3	0	13
Recurso Inominado	0	0	1	0	1
Total	16	30	11	8	65

3. EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS

Conforme atribuição estabelecida no artigo 3º, inciso VII, da Lei Complementar 451/2008, o Ministério Público de Contas encaminha os títulos executivos emitidos pelo Tribunal de Contas, por meio de ofício, a fim de que os órgãos competentes adotem as providências cabíveis para cobrança de valores relativos às condenações sofridas na Corte de Contas.

Em 2018, os acórdãos expedidos pelo Tribunal de Contas e encaminhados pelo MPC-ES à Procuradoria-Geral do Estado e às Procuradorias dos municípios, para fins de cobrança judicial ou administrativa da dívida, resultaram em 481 execuções iniciadas. As atividades de monitoramento e acompanhamento da execução das cobranças são feitas pelo Núcleo de Monitoramento de Execução, da Procuradoria-Geral do MPC-ES, em conjunto com a Secretaria do Ministério Público de Contas.

Em dezembro de 2018, a informatização do sistema de execução foi complementada com o lançamento do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças, ferramenta disponibilizada no portal do Ministério Público de Contas que permite o acompanhamento, em tempo real, da cobrança de multas e de ressarcimento de valores usados irregularmente por gestores condenados pelo Tribunal de Contas. No **Quadro 4** estão os dados das atividades de acompanhamento de execução realizadas pelo órgão ministerial:

Quadro 4 – Atividades de Monitoramento e Execução de Cobranças

Acompanhamento de execução	2018
Termos de atualização de valores a cobrar	481
Termos de verificação de valores pagos	119
Novas cobranças cadastradas no sistema de execução	473
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	R\$ 348.732,48
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	R\$ 139.064,54
Total de multas e ressarcimentos recolhidos aos cofres públicos	R\$ 487.797,02

4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

4.1 – GESTÃO DE PESSOAS

A estrutura operacional do Ministério Público de Contas contava, no encerramento de 2018, com 19 servidores e nove estagiários, assim distribuídos entre as Procuradorias, conforme o **Quadro 5**:

Quadro 5 – Distribuição de Pessoal no MPC-ES

Procuradoria	Cargo	Quantidade
Procuradoria-Geral	Chefe de Gabinete	1
	Assessor de Nível Superior	1
	Assessor de Controle Externo	2
	Estagiário Nível Superior	2
Secretaria do MPC	Secretário-geral	1

	Adjunto Operativo	1
	Assessor de Controle Externo	4
	Assistente Técnico	1
	Estagiário Nível Superior	1
	Estagiário Nível Médio	1
1ª Procuradoria	Chefe de gabinete	1
	Assessor de Controle Externo	1
	Assessor de Nível Superior	1
	Estagiário Nível Superior	1
2ª Procuradoria	Chefe de gabinete	1
	Assessor de Nível Superior	2
	Estagiário de Pós-graduação	1
	Estagiário Nível Superior	1
3ª Procuradoria	Chefe de gabinete	1
	Assessor de Nível Superior	1
	Estagiário Nível Superior	2

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018

ANEXOS

ANEXO I – Pareceres Detalhados por Assunto
ANEXO II – Representações
ANEXO III – Recursos

ANEXO I – PARECERES DETALHADOS POR ASSUNTO

Pareceres detalhados por assunto	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Agravo	15	9	5	4
Auditoria	55		68	54
Auditoria Especial	2			
Auditoria Ordinária	1			
Consulta	14	13		
Denúncia	20	36	21	15
Embargos de Declaração	8	22	23	16
Exceção	2			
Fiscalização Ordinária				
Incidente de Impedimento				
Lei Orçamentária Anual	52	1		
Pedido de Reexame	27	34	45	28
Pedido de Revisão	3	18	19	8
Pessoal Admissão	246	268	65	59
Pessoal Aposentadoria	412	425	587	460
Pessoal Edital Concurso Público	6	9	4	16
Pessoal Pensão	52	61	72	80
Pessoal Reforma	9	12	11	9
Pessoal Reserva Remunerada	18	13	67	45
Prejulgado		1		
Prestação de Contas Anual	342	298	400	283
Prestação de Contas Bimestral	44	59	29	5
Prestação de Contas de Convênio				
Recurso de Reconsideração	48	83	124	75
Reexame de Decisão (Pedido de Reexame)			45	28
Relatório de Gestão Fiscal	50	31	26	10
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	63	20	25	6
Representação	113	93	107	110
Requerimento				
Tomada de Contas			35	
Tomada de Contas Especial (Convertida, Instaurada e Determinada)	46	38		43
Inspeção	4	1	7	3
Solicitação de Auditoria	1		4	4
Estudos de Casos Especiais				
Encaminhamento				
Execução				
Monitoramento	5	3	8	2
Incidente de Suspeição				
Levantamento	1	1	2	3
Acompanhamento	3	1	1	
Lei de Diretrizes Orçamentárias	54	1		
Conflito de Competência	1			
Manifestações do GAPGC	670	6	6	10

ANEXO II

REPRESENTAÇÕES

Primeira Procuradoria

- **Processo 62/2018, de 08/01/2018** – Cobra licitação do transporte público em Vila Velha.
- **Processo 2229/2018, de 02/03/2018** – Pede a suspensão da concorrência pública 002/2018 da Prefeitura de Vila Velha, cujo edital prevê a contratação de empresa para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos prédios vinculados à rede municipal de saúde do município.
- **Processo 2232/2018, de 02/03/2018** – Pede a suspensão da concorrência pública 001/2018 da Prefeitura de Vila Velha, que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos prédios vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha.
- **Processo 6379/2018, de 09/08/2018** – Requer a aplicação de multa ao presidente da Câmara Municipal de Vitória, Vinícius José Simões, por utilizar recursos públicos para promoção pessoal.
- **Processo 7700/2018, de 21/09/2018** - Pede a suspensão do reajuste das tarifas dos ônibus de Guarapari por falta de motivação.
- **Processo 9062/2018, de 14/11/2018** – Pede a suspensão de edital do Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest).

Segunda Procuradoria

- **Processo 1723/2018, de 21/02/2018** - Aponta que a Prefeitura de Pedro Canário cometeu irregularidade por firmar contrato sem abertura de processo licitatório.
- **Processo 2448/2018, de 09/03/2018** - Pede ao Banestes que registre atos de admissão de pessoal.
- **Processo 3903/2018, de 09/05/2018** – Pede que ex-prefeito de Nova Venécia e a entidade Urbis sejam condenados a devolver R\$ 194 mil aos cofres do município.
- **Processo 4057/2018, de 17/05/2018** - Aponta desvio de finalidade na aplicação de recursos públicos em Guarapari.

- **Processo 6188/2018, de 23/07/2018** - Requer que ex-prefeito de Conceição da Barra e Urbis devolvam R\$ 219 mil aos cofres do município.
- **Processo 9809/2018, de 07/12/2018** - Pede que ex-prefeito de Marilândia e Urbis devolvam R\$ 203 mil aos cofres do município.
- **Processo 9808/2018, de 19/12/2018** - Pede a suspensão da designação de policiais civis aposentados para atuarem como peritos oficiais criminais.
- **Processo 8647/2018, de 24/10/2018** - Pede cautelarmente que seja suspenso o procedimento administrativo que objetiva selecionar a melhor proposta técnica e financeira para fins de assinatura de contrato de gestão do Hospital Antônio Bezerra de Farias.

Terceira Procuradoria

- **Processo 3369/2018, de 23/04/2018** - Aponta irregularidade e pede nulidade de licitação da Superintendência Estadual de Comunicação Social (Secom) para serviços de comunicação digital.

ANEXO III - RECURSOS

Procuradoria-Geral

- **Embargos de Declaração 1558/2018** — interposto em 16/02/2018 contra Decisão 5068/2017, no Processo 2862/2007. Jurisdicionado: Fundo Municipal de Educação de Guaçuí.
- **Embargos de Declaração 1647/2018** — interposto em 19/02/2018 contra Decisão Monocrática 213/2018, no Processo 6890/2013. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Domingos Martins.
- **Embargos de Declaração 2793/2018** — interposto em 26/03/2018 contra Acórdão 898/2015, no Processo 13.655/2015. Jurisdicionado: Prefeitura de Viana.
- **Embargos de Declaração 2901/2018** — interposto em 27/03/2018 contra Decisão 262/2018, no Processo 3022/2012. Jurisdicionado: Prefeitura de Piúma.
- **Embargos de Declaração 2899/2018** — interposto em 27/03/2018 contra Decisão 263/2018, no Processo 7561/2014. Jurisdicionado: Prefeitura de Linhares.
- **Agravo 5618/2018** — interposto em 25/06/2018 contra Acórdão 179/2018, no Processo 1858/2017. Jurisdicionado: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales).
- **Embargos de Declaração 5905/2018** — interposto em 03/07/2018 contra Acórdão 954/2018, no Processo 1678/2012. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Muqui.
- **Embargos de Declaração 6181/2018** — interposto em 24/07/2018 contra Decisão Monocrática 1194/2018, no Processo 4386/2003. Jurisdicionado: Secretaria Municipal de Administração de Vitória.

Primeira Procuradoria

- **Agravo 974/2018** — interposto em 24/01/2018 contra Decisão Monocrática 08/2018-1, no Processo 62/2018. Jurisdicionado: Secretaria de Trânsito de Vila Velha.
- **Embargos de Declaração 981/2018** — interposto em 25/01/2018 contra Acórdão 1311/2017, no Processo 6305/2012. Jurisdicionado: Prefeitura de

Viana.

- **Embargos de Declaração 983/2018** — interposto em 25/01/2018 contra Acórdão 1310/2017, no Processo 1373/2003. Jurisdicionado: Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.
- **Agravo 1008/2018** — interposto em 30/01/2018 contra Decisão Monocrática 02116/2017-3, no Processo 9109/2017. Jurisdicionado: Prefeitura de Alfredo Chaves.
- **Recurso de Reconsideração 1191/2018** — interposto em 02/02/2018 contra Acórdão 1179/2017, no Processo 5469/2015. Jurisdicionado: Fundo Municipal de Saúde de Jerônimo Monteiro.
- **Recurso de Reconsideração 1192/2018** — interposto em 02/02/2018 contra Acórdão 1202/2017, no Processo 6796/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Alegre.
- **Embargos de Declaração 2370/2018** — interposto em 06/03/2018 contra Acórdão 1367/2017, no Processo 3660/2017. Jurisdicionado: Prefeitura de Barra de São Francisco.
- **Pedido de Reexame 3313/2018** — interposto em 18/04/2018 contra Acórdão 1466/2017, no Processo 1318/2017. Jurisdicionados: Prefeitura Municipal de Alegre e Outras.
- **Pedido de Reexame 3823/2018** — interposto em 07/05/2018 contra Acórdão 55/2018, no Processo 3792/2014. Jurisdicionado: Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (Detran-ES).
- **Recurso de Reconsideração 3975/2018** — interposto em 10/05/2018 contra Acórdão 195/2018-2, no Processo 2257/2012. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Barra de São Francisco.
- **Pedido de Reexame 6168/2018** — interposto em 20/07/2018 contra Acórdão 200/2018, no Processo 8258/2016. Jurisdicionados: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) e Secretaria de Estado da Agricultura (Seag).
- **Embargos de Declaração 6427/2018** — interposto em 10/08/2018 contra Acórdão 934/2018, no Processo 2681/2012. Jurisdicionado: Prefeitura de Guarapari.
- **Embargos de Declaração 6568/2018** — interposto em 14/08/2018 contra Acórdão 452/2018, no Processo 4045/2015. Jurisdicionado: Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy.
- **Recurso de Reconsideração 7230/2018** — interposto em 30/08/2018 contra Acórdão 346/2018, no Processo 4048/2015. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Aracruz.

- **Recurso de Reconsideração 8591/2018** — interposto em 22/10/2018 contra Parecer Prévio 40/2018, no Processo 3049/2013. Jurisdicionado: Prefeitura de Colatina.
- **Recurso de Reconsideração 9070/2018** — interposto em 19/11/2018 contra Parecer Prévio 33/2018, no Processo 3370/2013. Jurisdicionado: Prefeitura de Rio Bananal.

Segunda Procuradoria

- **Recurso de Reconsideração 962/2018** — interposto em 23/01/2018 contra Parecer Prévio 115/2017, no Processo 3070/2013. Jurisdicionado: Prefeitura de Ibitirama.
- **Pedido de Reexame 963/2018** — interposto em 23/01/2018 contra Acórdão 996/2017, no Processo 6450/2014. Jurisdicionado: Prefeitura de Santa Maria de Jetibá.
- **Recurso de Reconsideração 965/2018** — interposto em 23/01/2018 contra Parecer Prévio 113/2017, no Processo 3824/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Ponto Belo.
- **Embargos de Declaração com efeitos infringentes 967/2018** — interposto em 23/01/2018 contra Acórdão 1152/2017, no Processo 1811/2017. Jurisdicionado: Secretaria de Administração de Vitória (Semad).
- **Pedido de Reexame 1677/2018** — interposto em 20/02/2018 contra Acórdão 1173/2017, no Processo 3157/2011. Jurisdicionado: Prefeitura de Vila Velha.
- **Recurso de Reconsideração 1720/2018** — interposto em 21/02/2018 contra Acórdão 1245/2017, no Processo 7169/2012. Jurisdicionado: Câmara de Linhares.
- **Recurso de Reconsideração 1778/2018** — interposto em 22/02/2018 contra Parecer Prévio 106/2017, no Processo 2795/2014. Jurisdicionado: Prefeitura de Muniz Freire.
- **Embargos de declaração com efeitos infringentes 2147/2018** — interposto em 01/03/2018 contra Parecer Prévio 134/2017, no Processo 4897/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Bom Jesus do Norte.
- **Recurso de Reconsideração 2135/2018** — interposto em 01/03/2018 contra Parecer Prévio 140/2017, no Processo 3359/2013. Jurisdicionado: Prefeitura de Cariacica.
- **Embargos de Declaração 2368/2018** — interposto em 05/03/2018 contra Decisão Monocrática 5044/2017, no Processo 2466/2006. Jurisdicionado: Prefeitura de Itapemirim.

- **Recurso de Reconsideração 2648/2018** — interposto em 16/03/2018 contra Parecer Prévio 117/2017, no Processo 4589/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Lúna.
- **Recurso de Reconsideração 2649/2018** — interposto em 16/03/2018 contra Acórdão 1137/2017, no Processo 3869/2015. Jurisdicionado: Fundo Municipal de Saúde de Boa Esperança.
- **Recurso de Reconsideração 2781/2018** — interposto em 23/03/2018 contra Acórdão 1209/2017, no Processo 7290/2002. Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Educação (Sedu).
- **Pedido de Reexame 3061/2018** — interposto em 04/04/2018 contra Acórdão 1369/2017, no Processo 5787/2008. Jurisdicionado: Prefeitura de Cariacica.
- **Embargos de Declaração 3677/2018** — interposto em 27/04/2018 contra Parecer Prévio 157/2017, no Processo 5475/2015. Jurisdicionado: Prefeitura da Serra.
- **Recurso de Reconsideração 4948/2018** — interposto em 08/06/2018 contra Acórdão 431/2018, no Processo 6871/2010. Jurisdicionado: Prefeitura de Vila Velha.
- **Embargos de Declaração 5931/2018** — interposto em 03/07/2018 contra Acórdão 319/2018, no Processo 982/2018. Jurisdicionados: Prefeitura Municipal da Serra, Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos da Serra.
- **Recurso de Reconsideração 5988/2018** — interposto em 09/07/2018 contra Parecer Prévio 05/2018, no Processo 4008/2016. Jurisdicionado: Prefeitura da Serra.
- **Recurso de Reconsideração 6088/2018** — interposto em 13/07/2018 contra Parecer Prévio 10/2018, no Processo 3831/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Viana.
- **Recurso de Reconsideração 6156/2018** — interposto em 18/07/2018 contra Parecer Prévio 08/2018, no Processo 3733/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Afonso Cláudio.
- **Recurso de Reconsideração 6193/2018** — interposto em 25/07/2018 contra Acórdão 181/2018, no Processo 2149/2008. Jurisdicionado: Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes).
- **Pedido de Reexame 6192/2018** — interposto em 25/07/2018 contra Decisão 1338/2018, no Processo 5932/2013. Jurisdicionado: Prefeitura de Vitória.
- **Pedido de Reexame 6306/2018** — interposto em 08/08/2018 contra Acórdão 211/2018-8, no Processo 774/2010. Jurisdicionado: Prefeitura de Fundão.

- **Recurso de Reconsideração 7278/2018** — interposto em 03/09/2018 contra Acórdão 320/2018, no Processo 2740/2007. Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Justiça.
- **Recurso de Reconsideração 7507/2018** — interposto em 12/09/2018 contra Parecer Prévio 38/2018, no Processo 5049/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Vila Valério.
- **Pedido de Reexame 7521/2018** — interposto em 13/09/2018 contra Parecer Prévio 503/2018, no Processo 2357/2016. Jurisdicionado: Prefeitura da Serra.
- **Recurso de Reconsideração 8969/2018** — interposto em 07/11/2018 contra Parecer Prévio 32/2018, no Processo 3047/2013. Jurisdicionado: Prefeitura de Apiaçá.
- **Recurso de Reconsideração 9141/2018** — interposto em 26/11/2018 contra Parecer Prévio 64/2018, no Processo 5111/2017. Jurisdicionado: Prefeitura de Cariacica.
- **Recurso de Reconsideração 9266/2018** — interposto em 27/11/2018 contra Parecer Prévio 48/2018, no Processo 2725/2013. Jurisdicionado: Prefeitura de Santa Maria de Jetibá.
- **Pedido de Reexame 9799/2018** — interposto em 17/12/2018 contra Acórdão 996/2018, no Processo 5489/2015. Jurisdicionado: Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (Detran-ES).

Terceira Procuradoria

- **Recurso Inominado 2755/2018** — interposto em 29/01/2018 contra Decisão Administrativa 13/2017-3, no Processo 7259/2017. Jurisdicionado: Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES).
- **Recurso de Reconsideração 3658/2018** — interposto em 24/04/2018 contra Parecer Prévio 133/2017, no Processo 3340/2013. Jurisdicionado: Prefeitura de Boa Esperança.
- **Recurso de Reconsideração 3685/2018** — interposto em 02/05/2018 contra Parecer Prévio 129/2017, no Processo 3088/2013. Jurisdicionado: Prefeitura de João Neiva.
- **Pedido de Reexame 5971/2018** — interposto em 05/07/2018 contra Parecer Consulta 08/2018, no Processo 6755/2015. Jurisdicionado: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

- **Pedido de Revisão 7469/2018** — interposto em 10/09/2018 contra Acórdão 292/2018-1, no Processo 5727/2017. Jurisdicionado: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sooretama.
- **Agravo 8675/2018** — interposto em 26/10/2018 contra Acórdão 802/2018, no Processo 990/2005. Jurisdicionado: Prefeitura de Vitória.
- **Pedido de Reexame 8860/2018** — interposto em 05/11/2018 contra Acórdão 711/2018, no Processo 4905/2007. Jurisdicionado: Prefeitura de Baixo Guandu.
- **Pedido de Reexame 9010/2018** — interposto em 12/11/2018 contra Acórdão 712/2018, no Processo 7301/2013. Jurisdicionado: Prefeitura de Itapemirim.
- **Agravo 9052/2018** — interposto em 13/11/2018 contra Acórdão 801/2018, no Processo 4886/2002. Jurisdicionado: Prefeitura de Vitória.
- **Agravo 9645/2018** — interposto em 10/12/2018 contra Acórdão 1420/2018, no Processo 6603/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Marataízes.
- **Embargos de Declaração 9649/2018** – interposto em 11/12/2018 contra Parecer Prévio 90/2018, no Processo 4612/2018. Jurisdicionado: Prefeitura de Baixo Guandu.